



Prefeitura de Passos - MG
Guarda Civil Municipal (GCM)

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.	1
Gêneros e tipos de texto.	2
Significação das palavras.....	6
Figuras de Sintaxe.	7
Figuras de Linguagem.	13
Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coe- rência textual.	18
Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; ... formação de palavras.	20 27
Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais.	31
Concordância verbal e nominal.	32
Regência verbal e nominal.	34
Crase.	36
Colocação pronominal.....	38
Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.	39
Acentuação gráfica.	39
Ortografia.....	41
Pontuação.	43
Variação linguística.....	47
Exercícios.....	48
gabarito.....	60

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de Direito Administrativo.....	1
Administração Pública Direta e Indireta	6
Princípios do Direito Administrativo.....	6
Poderes da Administração Pública.....	21
Atos Administrativos	31
Controle dos Atos Administrativos.....	48
Agentes Públicos.....	57
Serviços Público.....	119
Responsabilidade Civil do Estado.....	137

SUMÁRIO



Exercícios.....	144
Gabarito.....	147

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º a 4º).....	1
Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Art. 5º).....	2
Os Municípios (Arts. 29 a 30).....	10
Do Poder Judiciário (Art. 92).....	13
Segurança Pública (Art. 144).....	14
gabarito.....	19

DIREITOS HUMANOS / CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ÂMBITO INTERNACIONAL

Teoria Geral dos Direitos Humanos: Conceito e Terminologia; Classificação dos Direitos Humanos.....	1
Fundamentos dos Direitos Humanos.....	8
Mitos e Verdades sobre os direitos Humanos.....	9
Direitos Negados e Subtraídos.....	10
Afirmção Histórica dos Direitos Humanos.....	12
Afirmção do Conceito de Pessoa na História.....	14
Grandes Etapas Históricas na Afirmção dos Direitos Humanos - Declaração Universal dos Direitos Humanos, Revolução Americana, Revolução Francesa, Organização das Nações Unidas e sua Comissão de Direitos Humanos.....	15
Direitos Humanos no Brasil - Constituição de 1934 e de 1988.....	20
Regras de Beijing.....	21
Proteção de Grupos Vulneráveis.....	23
Diversidade Étnico-Racial - Racismo: causas, tipos, racismo estrutural e ocorrências no Brasil e sexual.....	24
Direitos Humanos - conceito e evolução histórica.....	27
Estado Democrático de Direito.....	28
Direitos Humanos e Cidadania.....	29
Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José da Costa Rica")... ..	30
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	48
Exercícios.....	60
Gabarito.....	65

SUMÁRIO



DIREITO PENAL E LEGISLAÇÕES ESPECIAIS / CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ÂMBITO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município.....	1
Lei Complementar Municipal nº 021/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos da Administração direta, autarquias e fundações públicas do Município de Passos, e atualizações.....	47
Lei Complementar Municipal nº 71/2022 - Plano Diretor do Município, e atualizações.....	84
Lei Complementar Municipal nº 078/2022 - Criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social do Município de Passos, Estado de Minas Gerais; cria a Guarda Civil Municipal de Passos e sua estrutura de controle interno e externo; reorganiza os órgãos de sua competência, e atualizações.....	163
Lei Complementar Municipal nº 083/2023 - Estatuto da Guarda Civil Municipal de Passos, Estado de Minas Gerais, composto por Plano de Cargos e Carreiras, Vencimentos, Regimento Interno, Código de Ética e Disciplina, e atualizações.....	183

CÓDIGO PENAL

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e atualizações: Da Aplicação da Lei Penal - Anterioridade da Lei (Art. 1º); Lei Penal no Tempo (Art. 2º); Lei Excepcional ou Temporária (Art. 3º); Tempo do Crime (Art. 4º); Territorialidade (Art. 5º); Lugar do Crime (Art.6º).....	1
Do Crime - (Art. 13 a 25).....	6
Das Penas - Das Espécies de Pena (Art. 32).....	19
Crimes contra a Administração Pública (Art. 312 a 327).....	22
Código Processo Penal: Prisões e medidas cautelares (Art. 282 a 320).....	29
Registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição - Estatuto do desarmamento (Art. 12 a 21).....	40
Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - (Art. 28 a 47).....	42
Crimes de abuso de autoridade - (Art. 9 a 38).....	46
Exercícios.....	50
Gabarito.....	55

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PASSOS

Formação da cidade de Passos: História, Bandeira, Brasão, Hino, Dados Gerais.	1
Formação Administrativa, Cultura, Arte, Patrimônio Cultural e Tombamentos.....	18
Bairros por regional.....	22
Mapas de Passos.....	23



Mecanismos de controle social e desafios da modernização capitalista.....	24
o lugar do Município de Passos dentre as demais cidades brasileiras.....	25
Favelas e aglomerados do Município de Passos.....	26

GEOGRAFIA URBANA

Concepção urbanística: traçado e características principais das vias e seus nomes..	1
Características físicas e espaciais: dimensão territorial, a topografia e suas restrições e influências.....	2
A expansão da cidade.....	2
Municípios limítrofes e conurbação.....	3
As principais rodovias de acesso ao município.....	4
Administração Regional: localização geográfica e principais bairros.....	5
Plano Diretor: características gerais, diretrizes norteadoras.....	5
Enchentes: principais áreas de inundações; causas e consequências.....	6
Áreas de risco geológico e medidas de prevenção.....	7
A violência urbana em no Município de passos.....	8
A concentração espacial da violência: características e fatores relacionados.....	9
Atividades criminosas: gangues juvenis e atuação de grupos armados.....	10
População em situação de rua: características gerais e suas principais reivindicações.....	11
O turismo em Passos Principais pontos turísticos e monumentos.....	11
Exercícios.....	12
Gabarito.....	14

RACIOCÍNIO LÓGICO

Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.....	1
Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de um conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Subconjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e representações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; operações com conjuntos; União.....	14
Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Números decimais. Valor absoluto. Propriedades no conjunto dos números naturais. Decomposição de um número natural em fatores primos. Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais.....	23
Verdades e Mentiras: resolução de problemas.....	33
Sequências (com números, com figuras, de palavras).....	36
Análise combinatória e probabilidade.....	37
Problemas envolvendo raciocínio lógico.....	43
Exercícios.....	46
Gabarito.....	53

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ÂMBITO FEDERAL

Constituição Federal Brasileira de 1988: Título I – Dos Princípios Fundamentais; Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, do Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Título III, Capítulo IV – Dos Municípios; Título V, Capítulo III, Da Segurança Pública	1
Capítulo VII – Da Administração Pública; Administração Pública; Servidores Públicos	2
Noções Gerais de Direito Administrativo: Princípios do Direito Administrativo; Atos Administrativos; Serviços Públicos	11
Bens Públicos.....	12
Lei de Improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho 1992).....	16
Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826, 22 de dezembro de 2003).....	35
Tortura (Lei Federal nº 9.455, de 07 de abril de 1977).....	45
Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014)	46
Código de Trânsito Brasileiro, dos Crimes de Trânsito, Direção Defensiva e Primeiros Socorros (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações	50
estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e suas alterações	161
Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741, de 1 de outubro de 2003) e suas alterações.....	226
Uso legal e progressivo da força e emprego de equipamentos letais e não letais (Código Penal de 1940 art. 20, §1º; arts. 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e arts 312 à 329; Código Penal 1940, arts. 13 a 31; 121 a 129; 133 a 151; 155 a 163; 171; 180; 213 a 218; 286 a 291; 297 a 305; 312 a 313; 316 a 320; 328 a 331	246
Código de Processo Penal de 1941, arts. 283 à 303).....	278
Lei das Contravenções Penais: Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941	279
Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, e atualizações - Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	287
Lei Federal 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e atualizações - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor	268
Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e atualizações - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do §7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).....	290
Exercícios.....	310
Gabarito.....	317

SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.



Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, L'Esprit des Loix, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalencia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa, Administrativa e Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário

Infere-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de **FUNÇÃO TÍPICA**.

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
Função típica	Legislar	Administrativa	Judiciária
Atribuição	Redigir e organizar o regramento jurídico do Estado	Administração e gestão estatal	Julgar e solucionar conflitos por intermédio da interpretação e aplicação das leis.



Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:



A teoria geral dos direitos humanos compreende os elementos basilares acerca do estudo dos direitos humanos internacionais.

Apresenta temas como conceito, histórico, características e outros pontos elementares para o conhecimento da disciplina.

Sistema Internacional dos Direitos Humanos

A luta do homem pela efetivação de direitos humanos fundamentais existiu em muitos períodos da história da humanidade, sendo resultado das inquietações do ser humano e de seus processos de luta por reconhecimento.

Na esfera interna dos Estados a efetivação e positivação dos direitos humanos coincide com o advento do constitucionalismo moderno em seu mister de limitar o arbítrio estatal e de garantir a tutela dos direitos do homem.

No campo internacional a existência de um sistema de normas e mecanismos de tutela dos direitos humanos apresenta como marco histórico o pós-segunda guerra mundial, a partir da criação da Organização das Nações Unidas. Destaca-se como precedentes desse processo de internacionalização, a criação da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário.

Precedentes históricos

Direito humanitário: conjunto de normas e medidas que disciplinam a proteção dos direitos humanos em tempo de guerra (1863). Direito humanitário versa sobre a proteção às vítimas de conflitos armados, atua também em situações de graves calamidades.

Criação da liga das nações (1919): antecessora da ONU, a liga das nações foi criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de garantir a paz no mundo. Sua proposta falhou pois não foi apta a impedir a ocorrência da 2ª guerra mundial.

Criação da OIT (1919): criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de promover a tutela dos direitos dos trabalhadores por meio da garantia de padrões internacionais de proteção.

Ao dispor sobre os antecedentes históricos Flavia Piovesan dispõe:

Ao lado do Direito Humanitário e da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho (International Labour Office, agora denominada International Labour Organization) também contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos. Criada após a Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho tinha por finalidade promover padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar. Sesenta anos após a sua criação, a Organização já contava com mais de uma centena de Convenções internacionais promulgadas, às quais Estados-partes passavam a aderir, comprometendo-se a assegurar um padrão justo e digno nas condições de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário ainda atuam na tutela dos direitos humanos.

Histórico do sistema internacional dos direitos humanos

O sistema internacional de direitos humanos é fruto do pós 2ª guerra mundial e surge como decorrência dos horrores praticados na guerra. A desvalorização e reificação da pessoa humana faz emergir a necessidade de construção de uma nova lógica ao Direito, pautada em um sistema de valores éticos e morais, no qual a pessoa humana seja o fim e não um meio.

Com vistas a criar um sistema internacional de proteção no qual a tutela dos direitos humanos seja o fim maior dos Estados, em 1945 é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), instituição internacional global para a promoção e garantia dos direitos humanos e da paz no mundo.

Sobre o tema preceitua Flávia Piovesan:

No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução



LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Para a felicidade do Povo de Passos, nós Vereadores, nos comprometemos, pelo trabalho, a buscar o fortalecimento da democracia e das instituições sociais, através do aprimoramento e moralização dos atos e ações do Poder Público, visando à promoção integral do homem e ao maior progresso do Município, o que traz a concreta humanização da Vida, direito subjetivo de todos, e o desenvolvimento da Sociedade, tornando, enfim, cada munícipe destinatário único e direto da restauração de sua própria dignidade.

Para isso sob a proteção de Deus, PROMULGAMOS a seguinte

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PASSOS

TÍTULO I

ISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Passos, no Estado de Minas Gerais, é unidade da Federação Brasileira, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, nos termos estabelecidos pela Constituição da República e por esta Lei Orgânica.

§1º Todo o poder do Município emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos das Constituições da República e do Estado.

§2º O Município se organiza e se rege por esta Lei Orgânica e leis que adotar, observados os princípios e preceitos constitucionais da República e do Estado.

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. Ressalvados os casos previstos nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e quem for investido nas funções de um deles não poderá exercer as de outro.

Art. 3º Constituem, em cooperação com a União e o Estado, objetivos fundamentais do Município:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento municipal, estadual e nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais;

IV - promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

V - garantir a efetivação dos direitos humanos, individuais e sociais.

Parágrafo único. O Município buscará a integração e a cooperação com a União, os Estados e os demais municípios para a consecução dos seus objetivos fundamentais.

Art. 4º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Município a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos do art. 59 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 5º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma das constituições Federal e Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 6º São símbolos do Município a Bandeira, o Hino e o Brasão da Cidade, representativos de sua cultura e história. ("Caput" com redação dada pela Emenda nº 002, de 09/05/1994).

Parágrafo único. É considerada data cívica o Dia do Município, comemorado anualmente em 14 de maio.



— Lei Penal no Tempo

Observações Iniciais

– **Teoria da atividade (Art. 4º)** → Se considera praticado o delito no momento da ação ou da omissão, ou seja, no ***momento da prática da conduta***, ainda que o resultado ocorra posteriormente.

– Princípio da **Legalidade**: somente lei anterior pode estabelecer infrações penais e cominar penas.

1 – Reserva legal: somente uma lei em sentido estrito (lei formal) pode criminalizar condutas e estabelecer as respectivas penas.

2 – Anterioridade: uma lei penal só pode se aplicada a uma determinada conduta se esta for praticada durante a vigência da lei, ex.: a partir de amanhã será crime beber cerveja em público, porém você não pode ser processado penalmente por ter consumido uma cerveja em público hoje.

Sucessão de Leis Penais no Tempo

– **Atividade da lei penal** (≠ teoria da atividade) → a lei penal só se aplica enquanto ela vigora, isto é, só se aplica aos fatos ocorridos durante sua vigência.

Exceções à Atividade da Lei Penal (Extratividade da Lei Penal)

– **Retroatividade**: aplicação da lei penal **benéfica** a um fato praticado **antes** de sua vigência.

– **Ultra-atividade**: aplicação da lei penal benéfica **mesmo após sua revogação**.

1 – Ex.: José comete o crime de furto em 10 de janeiro. Em 10 de abril, enquanto José está sendo processado, entra em vigor uma nova lei que **agrava** a pena prevista para o furto. A nova lei, todavia, por ser “maléfica”, não terá efeitos retroativos e o Juiz deve usar a lei já revogada para fundamentar eventual sentença penal condenatória do José, visto que ***estava em vigor no momento da conduta e é mais benéfica*** que a nova lei.

Leis Temporárias ou Excepcionais

– A lei temporária ou excepcional continua regendo fato ocorrido durante sua vigência mesmo após sua revogação (**Art. 3º**).

– O “abolitio criminis”, em regra, não ocorre em razão do decurso natural da lei temporária, porém é possível que o Estado brasileiro, em caráter excepcional, entenda que determinada conduta regida pela lei temporária não é mais crime e conseqüentemente a revoga → neste caso, ***o agente seria beneficiado pela revogação expressa***, que caracteriza “abolitio criminis”.

Vacatio Legis

– Conceito: período entre a publicação da lei e de sua entrada em vigor, isto é, quando ela começa a produzir efeitos.

– Durante o vacatio legis, ***a lei não produz efeitos***, mesmo se for benéfica. Assim, é possível evitar confusão caso ocorra a revogação da lei que está em período de vacatio legis.

Lei Penal Intermediária

– Suponha que determinado fato foi cometido na vigência da lei A. No decorrer da persecução penal sobre o mesmo fato, adveio a lei B. Por fim, no momento da sentença penal vigorava a lei C, sobre o mesmo assunto → Considerando que a lei B (lei penal intermediária) é a mais favorável de todas, a questão é: é possível aplicá-la ao réu? A doutrina entende que sim, pois diante de um conflito de leis penais no tempo, a regra é a da aplicabilidade da lei penal mais benéfica, logo possível da aplicação da lei penal intermediária ao réu.



História do Município de Passos

Passos é um município brasileiro localizado no interior do estado de Minas Gerais, na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas. Com uma população estimada de 115.337 habitantes em 2020, distribuídos em uma área total de 1.338,070 km², com Densidade demográfica de 86,19 hab/km², é o quarto município mais populoso de sua mesorregião e o 26º do estado. Situa-se a 745 metros acima do nível do mar e possui clima Tropical de Altitude.

A formação de Passos inicia-se em meados do século XVIII, com as primeiras fazendas sendo implantadas entre 1.780 e 1.830, sendo que a Vila propriamente dita, inicia-se em 1.848.

A Vila foi elevada à categoria de cidade no ano de 1.858, e o aniversário de Passos é comemorado no dia 14 de maio.

A cidade se destaca como polo regional, possuindo uma economia baseada principalmente na agropecuária e no agronegócio, em pequenas indústrias de confecções e móveis, além de um forte setor de serviços. Nos transportes, a cidade é servida principalmente pelas rodovias MG-050 e pela BR-146

HISTÓRIA

O primeiro nome do hoje importante município sul-mineiro foi Arraial da Capoeira, por estar, àquela época, situada a povoação dentro de uma densa capoeira. O segundo nome – Vila Formosa do Senhor Bom Jesus dos Passos – foi dado ao antigo Capoeiras em virtude de alferes João Pimenta de Abreu, devoto do Senhor Bom Jesus dos Passos, haver erigido o primeiro templo nesta cidade em cumprimento de uma promessa, tendo por orago aquele santo. Mais tarde o nome foi simplificado para Passos.

Os primeiros desbravadores da região foram os alferes João Pimenta de Abreu e seus parentes, os quais ali se fixaram, atraídos, sobretudo, pela topografia, fertilidade do solo e existência do ouro às margens do rio Grande. Em 1.823, já era grande o povoado, quando Domingos Vieira de Souza e Joaquim Lopes da Silva construíram as suas fazendas, concorrendo poderosamente para a formação do Arraial. Como não havia um poder político constituído, os dois fazendeiros conflitantes tiveram como mediador João Pimenta de Abreu para resolver a contenda. Após várias conversas, oficializaram a doação do terreno, onde era o Arraial, para formação do patrimônio urbano e religioso. Com o correr dos anos e a chegada de novos mineradores o povoado se alargou, tornando-se conhecido em toda a província de Minas Gerais pelo nome de Arraial da Capoeira.

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA PASSENSE

1.736 - Os sertões do Jacuhy: os arraiais Jacuhy, Puim-i e primeiras moradas no Caminho do Desemboque. **1.736** - Expedição de Cláudio M. Costa: oficializou a existência de povoamento na região dos sertões Jacuhy. **1.808** - Primeiro registro oficial de terras no Arraial. **1.831** - Criação do Juizado de Paes no Arraial. **1.835** - Pela Provisão de 11 de dezembro de 1.835, a Capela de Santo Antonio foi a primeira capela elevada à categoria de capela curada, que foi inaugurada em 20 de março de 1.836, tendo por orago São Bom Jesus dos Passos, que se tornou padroeiro da cidade. **1.840** - Distrito criado, com a denominação de Vila Formosa do Senhor Bom Jesus dos Passos, pela Lei Provincial n.º 184, de 3 de abril de 1.840. **1.848** - Elevação do Arraial a Vila Formosa do Senhor dos Passos por meio da Lei 386 de 9 de outubro de 1.848 sendo desmembrado do município de Jacuí. Sancionada pelo Dr. Bernardino José de Queiroz determinando que os habitantes dos municípios deveriam arcar com as despesas das construção dos edifícios necessários para o funcionamento da Câmara, da Justiça e da Cadeia Pública.

1.850 - Primeira eleição para compor a Câmara da Vila, ocorrida em 4 de agosto de 1.850, realizando sua primeira sessão neste mesmo ano, no dia 7 de setembro, presidida pelo Coronel José Caetano Machado, o vereador mais votado, em sua residência. Onde também ocorreram várias sessões até que fosse concluída a obra do edifício da Câmara e da Cadeia Pública. Primeiros Políticos: José Caetano Machado, Jerônimo Pereira de Mello e Souza, Manoel Cardoso Osório, Manuel José Lemos, Camilo Antônio Pereira de Carvalho, Padre Fortunato José da Costa e Fidelis Rodrigues de Faria. **1.851** - Criação da Agência dos Correios. A organização da Vila



A concepção urbanística de uma cidade, como Passos, em Minas Gerais, é um reflexo de sua história, cultura e planejamento ao longo do tempo. O traçado das vias e a nomeação das mesmas são aspectos centrais da urbanização, que influenciam diretamente a vida cotidiana dos habitantes e a identidade da cidade.

Traçado das Vias

O traçado das vias em Passos, como em muitas cidades brasileiras, pode ter sido influenciado por diversos fatores, incluindo geografia, história e desenvolvimento econômico. Em cidades mais antigas, é comum encontrar um centro histórico com ruas estreitas e sinuosas, refletindo o crescimento orgânico da cidade ao longo dos séculos. Já nas áreas mais modernas, o traçado tende a ser mais planejado, com ruas largas e em grade, facilitando o tráfego e a distribuição urbana.

As características das vias urbanas de Passos podem incluir:

- Vias Principais e Secundárias: As vias principais são geralmente mais largas, projetadas para suportar um maior fluxo de tráfego e conectam diferentes partes da cidade. As vias secundárias, por outro lado, são menores e muitas vezes servem áreas residenciais.

- Zonas Comerciais e Residenciais: Em geral, as áreas comerciais estão localizadas em vias principais, enquanto as residenciais se distribuem em vias secundárias, proporcionando tranquilidade e segurança aos moradores.

- Espaços Verdes e Praças: A inclusão de parques, praças e áreas verdes nas vias urbanas é fundamental para a qualidade de vida, oferecendo espaços de lazer e de convivência para os habitantes.

Nomeação das Vias

A nomeação das vias é uma parte importante do patrimônio cultural e histórico de uma cidade. Em Passos, como em outras cidades, as ruas muitas vezes levam o nome de figuras históricas importantes, eventos significativos ou características geográficas locais. Esses nomes servem não apenas como pontos de referência, mas também como uma forma de preservar e homenagear a história e a identidade cultural da cidade.

- Figuras Históricas: Muitas ruas podem ser nomeadas em homenagem a líderes locais, nacionais ou heróis da história brasileira.

- Eventos Históricos: Alguns nomes podem refletir eventos importantes na história de Passos ou do Brasil.

- Características Locais: Nomes baseados em características geográficas, flora, fauna ou aspectos culturais são comuns e refletem a conexão da cidade com seu ambiente natural e cultural.

O traçado e as características das vias, bem como seus nomes, são elementos fundamentais da concepção urbanística de Passos. Eles refletem a história, o desenvolvimento e a identidade da cidade, desempenhando um papel vital na forma como os habitantes interagem com seu ambiente urbano. A compreensão e a preservação desses aspectos são essenciais para o planejamento urbano futuro, garantindo que Passos continue a ser uma cidade acolhedora, funcional e rica em história para as gerações futuras.



Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**



Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.